

Um dos dados sempre alardeados da Educação brasileira diz respeito ao fato de que São Paulo já pode atender a 90% de suas crianças em idade escolar obrigatória dos 7 aos 14 anos. Esse número, quase de Primeiro Mundo, expressa, no entanto, muito pouco da realidade em que essa Educação ocorre. Para analisar o verdadeiro desempenho das escolas públicas paulistas seria melhor, por exemplo, conhecer os dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), que provam que, durante a década dos 80, de cada cem alunos que iniciaram a primeira série somente 22 chegaram ao último ano do colegial. Ou, então, repetir a estatística da mesma fonte que sustenta que em 1988 a taxa de reprovação, ainda no primeiro grau, já alcançava 19%, um índice de aferição do rendimento escolar que nos coloca atrás do Paraguai, por exemplo.

Talvez a exata medida da qualidade de ensino oferecida no Estado mais rico da Federação fique por conta das taxas de evasão escolar: 43% dos alunos matriculados na quinta série dos cursos noturnos em São Paulo simplesmente desistem de concluí-lo. Bastam tais evidências estatísticas para confirmar que a escola existe, a vaga está disponível, mas a Educação não acontece. Antes de mais nada, o aluno não permanece na escola pública, porque a qualidade de ensino nela oferecida está aquém de suas expectativas. Por menos exigentes que elas sejam.

O maior problema está na forma como a sociedade reage a tais dados. Uma mistura de conformismo com indiferença constrói uma opinião perversa em que Educação se confunde com assistência social. Os pais que precisam da escola pública consideram "dáviva" ter onde deixar o filho quando vão trabalhar. A escola para muitos não é paga pelo imposto de todos. Ela é

vista como "gratuita". Além do mais oferece comida. O que é ensinado lá, o como é ensinado, que preparo e qualificação tem quem ensina, são questões de somenos importância.

Não há dúvida que mudar essa mentalidade é tarefa mais da sociedade que do poder público. É evidente que, se a sociedade fizer pressão legítima, as prioridades orçamentárias mudarão e a qualidade de ensino melhorará. Não é só a merenda que vai mudar. É o salário do professor e as condições em que o ensino ocorre. Merece toda atenção o registro da imprensa de uma integração de mães paulistanas, o Movimento Pró-Educação, que a partir do apoio conseguido com associações de empresas privadas imprimiram 500 mil folhetos, distribuídos desde a última semana de agosto, incentivando os pais, a comunidade da escola pública como um todo, a compreender que Educação começa e termina na qualidade de ensino que é oferecida. Sem subterfúgios de nenhuma espécie. É um primeiro passo na direção certa. Educação não é um mero acidente biológico, que, se cumprir algumas condições ambientais, acontece com sucesso. Um sistema educacional que mereça esse nome é sempre e prioritariamente construído a partir de pressupostos pedagógicos sérios. Ao que tudo indica, alguns pais com filhos matriculados em escolas públicas estão começando a compreender essa realidade.

